

DECLARAÇÃO

DIVERGÊNCIA ENTRE MEMORIAIS DESCRITIVOS (SIGEF)

ILMA. SRA. OFICIALA DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITAPECERICA-MG

Nome (sem abreviações): _____;
Nacionalidade: _____; Profissão: _____; CPF/CNPJ: _____;
RG: _____; Filho de: _____

Estado Civil: Solteiro(a); Casado(a); Divorciado(a) Separado(a); Viúvo(a); Convive em União Estável: Sim Não;

Dados do cônjuge:

Nome do cônjuge (sem abreviações): _____;
Nacionalidade: _____; Profissão: _____; CPF/CNPJ: _____;
RG: _____; Filho de: _____

Residentes e Domiciliados: _____; n.º.: _____;
Bairro: _____; Cidade: _____; Estado: _____;
Telefone: () _____; Celular: () _____;
E-mail: _____

Em observância ao disposto no Art. 4º, §2º, do Provimento nº. 61/2017/CNJ, declaro que desconheço/não possuo os dados de qualificação não fornecidos neste requerimento e/ou nos documentos apresentados. **(Informações necessárias determinadas pelo Provimento nº. 61/17 CNJ)**

Vem declarar ao Cartório de Registro de Imóveis de Itapecerica que a diferença de área entre o mapa e memorial descritivo, apresentados para **REGISTRO DE MANDADO DE USUCAPIÃO**, de propriedade de:

_____ ,
decorre da utilização de técnicas diferentes de medição, mas que as descrições referem-se ao mesmo imóvel, do ponto de vista físico.

Nestes termos,

Diante do exposto,

REQUER que seja utilizado para fins de especialidade objetiva do imóvel o memorial descritivo elaborado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ora apresentados.

Nestes termos, pede deferimento.

Itapecerica, _____ de _____ de _____.

Assinatura do profissional legalmente habilitado: _____

CREA/CAU/CFT nº. _____

OBSERVAÇÕES:

1. O reconhecimento de firma fica dispensado quando o requerimento for firmado pelo interessado na presença do oficial de registro ou de seu preposto (art. 928, §1º do Provimento Conjunto nº 93/2020/CGJ/TJMG).
2. Se o requerente for representado por procurador será necessário apresentar a procuração com poderes específicos, por Certidão ou Traslado (quando for procuração pública), ou procuração original com reconhecimento de firma do outorgante (quando for procuração particular).